

**INCORPORAÇÃO DE NOVOS TERMOS AO CONCEITO DE
DESENVOLVIMENTO ASSOCIADOS ÀS QUESTÕES SOCIAMBIENTAIS
E ÀS MUDANÇAS NA CONTEMPORANEIDADE: NOVOS DISCURSOS E
DECADENTES AÇÕES ANTRÓPICAS DO CAPITAL?**

Frederico Antonio Mineiro Lopes 1;
Carlos Alberto Dayrell 2;
Luciene Rodrigues 3;
Antônio Dimas Cardoso 4

1 Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes
Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Unimontes

E-mail: fredericomineiro@ufmg.br

2 Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes
Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Unimontes

E-mail: carlosdayrell1@gmail.com

3 Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes
Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Unimontes

E-mail: rluciene@unb.br

4 Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes
Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Unimontes

E-mail: dimascardoso@uol.com.br

RESUMO

O campo semântico do desenvolvimento é, invariavelmente, reduzido ao crescimento econômico. Para legitimar as suas ações, a economia privada e o Estado passaram a incorporar no seu discurso termos relacionados à ecologia e à sustentabilidade. Em contraposição, tornou-se imperativo para a sociedade, em meio às divergências e contradições, ao refletir sobre desenvolvimento, considerar outras dimensões como a ética, a justiça social e as diferenças étnicas e culturais. Partindo dessas questões, o objetivo deste ensaio é analisar o conceito de desenvolvimento considerando outros elementos e dimensões incorporados à discussão sobre o tema. Esse debate, que desdobrou em usos de vários adjetivos, como “sustentável”, “comunitário” e “rural”, já vinha ocorrendo, no âmbito planetário, desde o princípio da década de 1970. Um dos marcos dessa discussão ocorreu em Estocolmo, no ano de 1972, com a conferência realizada pela Organização das Nações Unidas. Na contemporaneidade, as contradições, as mudanças, a antropização, os impactos das atividades econômicas neoliberais e os conflitos socioambientais ocorrem numa realidade complexa e exigem das comunidades tradicionais e dos movimentos sociais novas formas de interpretação, agilidade política em redes, elaboração de estratégias alternativas e de práticas de desenvolvimento tanto na aldeia global quanto nas comunidades e, até mesmo, em ambos os lugares concomitantemente.

PALAVRAS-CHAVE: Conflitos socioambientais; meio ambiente; participação social; sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

A preocupação com os rumos que a questão ambiental estavam tomando, resultou na realização, pela Organização das Nações Unidas, de um estudo sobre o tema que foi apresentado e discutido em uma conferência sobre o tema em 1972, em Estocolmo. Esse fato, dentre diversos outros que o antecederam, incorporou a dimensão ecológica e social na construção de conceitos de desenvolvimento. Alterações semânticas e etimológicas, por si, não foram suficientes para uma transformação nos rumos da degradação ambiental, da diminuição das desigualdades e da redução e erradicação da pobreza e da melhoria das condições de vida, entretanto contribuiu para a revisão das ações e parâmetros para a coexistência da produção e do meio ambiente. Até então, este termo vinha sendo cunhado de modo predominantemente economicista. A partir de uma série de acontecimentos em meados do século XX, foram abertas novas alternativas no pensamento e na ação, bem como novas metodologias, o que abriu possibilidades de incorporação de outras dimensões, além de um fecundo debate interinstitucional e socialmente diverso, no âmbito mundial e ao longo do tempo.

No período anterior, à conferência, não havia uma preocupação com o assunto na pauta dos debates mundiais, da parte do Estado e do mercado. Havia no século XX discussões sobre a paz, direitos humanos, política, renda, tecnologia, mas não sobre questões referentes ao aumento da produção industrial e agrícola em escala global, bem como suas consequências. Ainda não havia uma visibilidade planetária e tampouco espaços de discussão sobre o assunto.

O desenvolvimento, reduzido à noção de aumento da riqueza e de prosperidade material, das nações centrais não contemplava a natureza, as questões ecológicas e as desigualdades sociais, na sua racionalidade expressada em planos, programas e ações desenvolvimentistas. Este pensamento foi elaborado, difundido e utilizado pelos países europeus Inglaterra, França e, tardiamente, pelos Estados Unidos, desde a Revolução industrial e com influências da Revolução Francesa (AMARO, 2004). Além disso, nos próprios países centrais, a partir de diversos interesses econômicos e políticos houve a reprodução das desigualdades e dos impactos socioambientais, a partir das estratégias para favorecer o capital internacional e da minoria, as elites conservadoras nacionais oligárquicas e capitalistas, que se beneficiavam da internacionalização do capital, principalmente a partir da década de 1950.

Outro fator importante a ser considerado é o poder, que está intrinsecamente nesta discussão, pois relaciona-se à decisões, escolhas, elaboração e cumprimentos de leis, etc. Constata-se que as mudanças e transformações da realidade, quando se entra no campo ecológico, não interessa a quem detém o poder econômico e político, portanto o conflito e o embate de ideias, no campo jurídico, nas associações, redes e movimentos sociais populares subjazem, dialeticamente, à constante e necessária composição e recomposição do conceito.

Há alternativas para outros modelos de desenvolvimento, outros caminhos, esperança, forças para contraporem-se aos modelos de matriz produtivista, afirmar-se e transformar a realidade? O conceito já está desgastado, desacreditado, expropriado e esvaziado? Partindo dessas questões o objetivo deste ensaio é analisar o conceito de desenvolvimento considerando outros elementos e dimensões incorporados à discussão sobre o conceito de desenvolvimento, sobretudo, a partir dos anos 1980, como a participação social e a abordagem ecológica. Esse debate, que desdobrar-se-á em usos de vários adjetivos, como “sustentável”, já vinha ocorrendo, no âmbito global, desde o princípio da década de 1970. Daí em diante, as mudanças e a complexidade cada vez maiores da realidade exigiram novas formas de interpretação, elaboração e práticas de desenvolvimento tanto na aldeia global quanto em comunidades e em ambos os lugares concomitantemente. Isso, não de modo harmonioso e consensual, mas com disputas, intensos debates e conflitos pois, há grupos econômicos e governos que não estão dispostos a aceitar a insustentabilidade de suas atividades ou programas políticos e mudarem de rota e, menos ainda, de repartir o poder com as nações subdesenvolvidas exploradas e expropriadas historicamente para manterem o patamar de poder e de riqueza das nações centrais desenvolvidas.

MARCOS HISTÓRICOS E ATORES ENVOLVIDOS

A ideia, ou o pensamento, difundida sobre o desenvolvimento enquanto crescimento econômico reapareceu e foi reafirmada, fortemente, na reconstrução de grande parte da Europa arruinada após a II Guerra Mundial. O seu domínio ocorreu com a estratégia de continuidade da consolidação financeira e industrial naquele continente. O aspecto tecnológico foi voltado, em grande parte, para reestruturação militar e para a expansão do parque industrial e do mercado consumidor não só no interior do continente Europeu ou na América do Norte, mas o objetivo era expandir a riqueza das nações nas relações multi e transnacionais. A fórmula neoliberal consistiu em manter o comércio exterior importando matéria-prima, a baixo custo, exportando produtos industrializados e se estabelecendo nos outros continentes, com suas filiais. Essa operação garantia, para os países autodenominados desenvolvidos, o fornecimento dos insumos, ganhos no mercado de empréstimos, garantia de mercado consumidor em escala intercontinental, além da presença e da interferência ideológica e política onde o comunismo soviético não havia chegado.

Os impactos socioambientais gerados por toda essa conjuntura e estrutura, na segunda metade do século XX, começaram a serem constados, debatidos e tornaram-se preocupação de alguns grupos na sociedade. Adentraram nas universidades, em espaços religiosos, culturais e movimentos sociais, indo ao encontro de todo um pensamento sobre a conjuntura pacifista e na busca da liberdade. Teve início, portanto, um pensamento, uma consciência e um movimento de contraposição ao modelo de desenvolvimento economicista, lastreado em relações desiguais de poder econômico e político, que acarretava consigo exploração social, dominação política e ideológica e degradação ambiental.

DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

Findado o século XX, ao discutir sobre desenvolvimento, há que se considerar e contestar a intenção, os interesses e o que está por trás dos discursos, leis e planos que irão dar os rumos aos processos de desenvolvimento e suas consequências em todas as expressões de vida, toda biologia humana ou não, dado ao aumento das proporções que os empreendimentos tomaram, consequências para toda a ecologia e também para a própria economia, enfim para o todo o oikos.

Conforme Amaro (2004), a reflexão sobre o conceito de desenvolvimento atualmente exige distanciá-lo da sua forma economicista, retomando-o com a intenção para articulação e mobilização das vontades de mudança e de transformação das sociedades e das pessoas. Além disso, ajudar na avaliação do progresso e bem-estar, a partir de uma abordagem e aplicação mais participativa, dentro de um contexto complexo e vulnerável ambientalmente, no qual não se cabe mais uma perspectiva linear e evolutiva para se chegar à melhoria das condições de vida das pessoas e o cuidado com a natureza (AMARO, 2004).

A questão da “sustentabilidade” de qualquer organização ou ser vivo, para Amaro (2004), é uma das suas maiores preocupações, pois está relacionada à sua existência, continuidade da vida ao longo do tempo. Quando se discute e se pensa a sustentabilidade, seja em qualquer âmbito, o conceito empregado é o do desenvolvimento sustentável. Amaro (2004) argumenta que tal abordagem traz em si uma forte contradição, pois, minimamente, deve ser entendido numa perspectiva multidimensional, considerando, pelo menos, três dimensões articuladas entre si: econômica (crescimento), social (coesão) e ambiental (proteção ou preservação) (AMARO, 2004).

Assim, Amaro (s.d.) argumenta que:

No entanto, quando a questão é a da “sustentabilidade” de uma organização, a nível micro, portanto, o que se quer, normalmente, dizer é a possibilidade de se ter os meios financeiros e as soluções econômicas para poder manter-se em atividade, ou seja, é só da dimensão e da viabilidade econômico/financeira a ser enfatizada. Não há assim

uma coerência entre o conceito de inspiração (Desenvolvimento Sustentável) e a sua aplicação à vida de uma organização (AMARO, 201-, p. 1).

A racionalidade antropocêntrica e a busca do crescimento econômicos engendrados pela Revolução Industrial e pela Revolução Francesa, caracterizando, no século XVIII, a modernidade, possibilitam a entender a contradição do conceito. Além disso, ajuda a explicar e a entender porque o tipo de sociedade e de civilização, imposta da Europa para o mundo desde o princípio da modernidade, “sempre colocou a dimensão econômica no centro dos seus valores e dos seus fatores explicativos e determinantes, dela fazendo depender todas as outras” (AMARO, 201-, p. 2). Segundo Amaro (201-, p. 2) “daí que a componente econômico e financeiro da “sustentabilidade” das organizações surja como a mais importante e decisiva, ou mesmo como a única que verdadeiramente interessa”.

Anteriormente ao termo sustentável, nas décadas de 1950 e 1960, os economistas do desenvolvimento utilizam o termo sustentado, relacionado ao crescimento econômico, cujo resultado seria uma vida (material) melhor para a população do país desenvolvido, pois geraria emprego, bem-estar, acesso ao conforto, praticidade e eficiência dos bens de consumo. Não havia nenhuma referência, reflexão ou preocupação nos planejamentos públicos e nem fiscalização com os impactos causados pela demanda de matérias-primas obtidas na natureza para manter o consumismo em escala planetária, com custos socioambientais em alguns aspectos irreversíveis.

O marco de grande importância, na busca de um conceito condizente com as exigências da realidade daquele tempo, foi Conferência de Estocolmo de 1972, promovida pela ONU, pela primeira vez foi abordada a relação entre Desenvolvimento e Meio Ambiente. Outro marco relevante foi a composição do Clube de Roma e a elaboração, sob sua encomenda, do relatório Limites do Crescimento. Assim, houve, por meio de um estudo do capital privado, a previsão do esgotamento dos recursos renováveis, em função do modelo de crescimento insustentável, do padrão tecnológico e da demanda de um mercado de proporção global. A constatação dos limites, sobretudo com a tendência de aumento dos padrões de consumo, e, da pressão exercida sobre os recursos naturais e o tempo de regeneração em função do aumento da produção, colocou em questão o “crescimento econômico sustentado” (AMARO, 2004).

Na década de 1970, Maurice Strong elaborou o termo ecodesenvolvimento, na perspectiva de um desenvolvimento alternativo. A ideia era valorizar e adaptar as políticas, programas e projetos às áreas rurais dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento considerando o uso de recursos locais e dos saberes camponeses tradicionais (AMÂNCIO, 2001). Mais tarde, na declaração de Cocoyoc, 1974, ampliou-se o conceito, contemplando também as cidades. Em 1977, na Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, em Tibilisi, na Geórgia (então pertencente à antiga URSS) é destacada a necessidade de uma consciência sobre a interdependência econômica, política e ambiental no mundo contemporâneo. No ano de 1987 é publicado o relatório Nosso Futuro Comum, como resultado das discussões da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, tornando mais utilizado o conceito de desenvolvimento sustentável, buscando uma interligação entre economia, tecnologia, sociedade e política, chamando a atenção para uma nova postura ética (AMÂNCIO, 2001).

Em 1992, aconteceu no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento (Eco 92 ou Rio 92), na qual foi consolidado o conceito de desenvolvimento sustentável e, para torná-lo concreto em toda a Terra, a criação da Agenda 21 para a cooperação internacional (AMARO, 2004). A partir de então várias outras conferências foram realizadas, constatando os riscos socioambientais oriundos dos processos produtivos, guerras, bem como o aumento das desigualdades. Uma delas foi a conferência de Joanesburgo, na África do Sul (Rio + 10). Ali foram avaliados os resultados da Eco 92 e houve a divulgação do Plano de Implementação, que visava alcançar a erradicação da pobreza, a mudança nos padrões insustentáveis de produção e consumo e a proteção dos recursos naturais. O conceito apresenta falhas e limitações, como se apresenta muito aberto, atende convenientemente diversos interesses, que podem apropriar dos seus princípios no seu discurso e na sua prática, sendo muito bem-vindo na iniciativa privada para legitimar ou escamotear suas ações

exploradoras dos trabalhadores e do meio ambiente (AMARO, 2004).

Amaro (2004) estabelece que após ou a partir o ponto de viragem do conceito, nos fins de 1960 e no início de 1970, nas três décadas seguintes haverá uma busca intensiva de novas conceitualizações e estratégias. Houve uma verdadeira disputa no campo semântico, o conceito passou a ser utilizado pela iniciativa privada e na política. Foi incorporado num discurso de aparência moderna que contemplava valores capazes de convencer a opinião pública e consumidores para legitimação da perpetuação política e no mercado, muitas vezes entrelaçadas. Além das verdadeiras intenções aparecerem com o passar do tempo ou ainda serem descobertas e denunciadas pelos movimentos sociais e parte da universidade comprometida com a sociedade, o desenvolvimento que contempla outras dimensões, para ser factível e não ficar apenas no campo de ideais e possibilidade, deve ser fundamentado cientificamente e possuir um reconhecimento institucional e internacional (AMARO, 2004), inclusive com o reconhecimento de experiências e conhecimento tradicional, popular ou da base da sociedade e suas articulações em redes em vários âmbitos, sindicatos, cooperativas, pastorais, ONGs, etc.

A questão ambiental, que hoje, para muitas pessoas comentam, praticam, contradizem-se, tornou-se mais popular, porém não ainda cultural, aproximando-se de uma ética, uma reflexão sobre o comportamento e a mudança desse comportamento a partir de valores comuns e que garantam as condições de vida, com dignidade e acesso ao patrimônio ambiental à humanidade. O modismo ocorre reduzido à superficialidade das aparências, se dá, em parte, pela imitação estética de alguns países, pela mídia ou induzido pelo marketing verde, ecológico ou ambiental. Parte da população e das organizações pautam suas condutas pela legislação e a possibilidade de serem multadas, portanto pensam mais nos custos e prejuízos econômicos do que na contribuição para um ambiente melhor para a vizinhança, município, país e para o planeta.

A crise ambiental também é uma crise ética, uma crise de civilização, de onde brotam as questões que incomodam o mundo, toda a humanidade, a se questionar e pensar quais seriam as e como operar as mudanças para outro mundo possível? (BAJOIT, 2006). Um aspecto a considerar é o cuidado e a necessidade de análise crítica das informações e da carga ideológica que joga a responsabilidade apenas para mudanças geológicas, constatadas ao longo de eras. Outra estratégia, para desviar a atenção para as empresas poluidoras e governos irresponsáveis com a questão ecológica, é jogar a responsabilidade tão somente para o cidadão e a cidadã (BAJOIT, 2006). Não se discutirá sobre estes aspectos aqui, pois a vertente escolhida para este enfoque será a da responsabilidade antrópica no agravamento da questão ambiental. Sobretudo, para quem detém o poder político e o poder econômico, pois já houve e há uma mentalidade que relaciona a destruição à demografia dos países empobrecidos ou sem desenvolvimento ou pela ótica preconceituosa e etnocêntrica condição cultural inferior por não terem nascido ou educados em países centrais.

Desse modo, torna-se imperativo ao pensar e falar sobre desenvolvimento, considerar, de maneira interdisciplinar, outras dimensões além da econômica, como: a ética, a ecologia, justiça social, a diversidade étnica e cultural e o respeito ao conhecimento e aos modos de vida de populações que proporcionaram um acúmulo de saberes apropriados à reprodução social e econômica (economias não capitalistas) em ecossistemas diversos. Garantindo um patrimônio cultural e genético que contribui para a continuidade e valorização da socioagrobiodiversidade. Muito desse patrimônio foi apropriado, apagado e influenciado pela economia capitalista excludente e sua racionalidade lucrativa. Agora para construir uma alternativa de desenvolvimento que exige a valorização e a participação da base, de cunho popular e não mais apenas do topo, das oligarquias e aristocracias. É uma utopia, que para se aproximar mais de um outro mundo possível requer uma outra humanidade, outra política e educação.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A TRANSFORMAÇÃO E COMPLEXIDADE DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

O termo desenvolvimento é muito amplo, complexo e controverso. Existem diversas, distintas e divergentes abordagens sobre desenvolvimento. Seu conceito é dinâmico e sofre influências conforme ocorrem as mudanças mundiais e regionais, nos campos políticos, econômicos, ecológicos e sociais, teve, com o passar do tempo, diferentes significados. Trata-se, concomitantemente, de uma teoria, ideologia, doutrina, utopia e prática social (AMARO, 2004). Nos anos 1950 e 1960 significava crescimento econômico, quantificado em indicadores que mediam o aumento do acesso ao mercado de bens de consumo, geração de emprego, aumento da renda ou seja, incremento da produção, emprego e renda. Além desta concepção totalmente economicista e quantitativa, era entendido como um patamar a ser alcançado pela produção industrial, dentro de uma estrutura econômica e internacional de produção e distribuição, independentemente dos custos ambientais e sociais.

Além dos impactos causados nas áreas urbanas, muitas vezes difusos nas construções, monumentos, áreas verdes e todo aparato estético e publicitário, nas áreas rurais torna-se mais explícito e inquestionável a destruição do patrimônio ambiental que deveria ser cuidado para o bem e segurança de toda população. Nas cidades o resultado de ações voltadas para o crescimento de indicadores, como o PIB, como a poluição, falta de estrutura e condições para o excessivo número de habitantes, falta de planejamento para um crescimento e funcionamento organizado e todos os problemas de falta de políticas públicas eficientes, eficazes e efetivas para a saúde, moradia, educação, saúde, trabalho e renda, cultura, segurança, etc.

No campo, na zona rural os impactos socioambientais ocorrem pelas atividades relacionadas ao agronegócio, uma agricultura nos moldes empresariais, cuja avidez pelo lucro promove uma visão da terra como recurso econômico, uma plataforma na qual os insumos serão processados e sairão mercadorias. Esta ação antrópica altera o território, o ecossistema presente que necessita de espaço, continuidade, interligação para continuar vivo, fornecendo ar puro, solos férteis, microclima propício, água em quantidade e qualidade para consumo humano, produção de alimentos e garantia da biodiversidade da flora e da fauna.

Para exemplificar, serão discutidos na seção posterior, como que as estratégias capitalistas, conjugando poder político e econômico, não são neutras e que, utilizando da ciência, religião e cultura, buscam garantir sua produção e mercados, avançando sobre o tecido social e causando transformações violentas e muitas vezes irreversíveis no modo de viver, no sistema político e na sociobiodiversidade. A escolha foi delimitar aspectos relacionados ao desenvolvimento rural e as suas perspectivas macro e micro, além das tensões com o desenvolvimento diametralmente oposto difundido pela maior parte do Estado e pelo Mercado. Desse modo, envolvendo outras dimensões e campos interdisciplinares para entender a realidade, analisar a conjuntura e agir no sentido de contraposição aos modelos de desenvolvimento degradantes e exógenos. São ponderações para se estabelecer e conciliar o desenvolvimento na própria comunidade e território, com participação e numa relação de autonomia, consciência crítica e participação junto ao Estado, para interferir e reivindicar políticas públicas adequadas à realidade conhecida por quem nela vive e quando há a consciência de se cuidar de toda ecologia, com o ser humano incluído.

DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: IMPACTOS, COMPONENTES, RESISTÊNCIA E REALIZAÇÕES

Em meados do século XX, com a consolidação do bloco soviético e a presença do comunismo em outros continente, alguns países da Europa Ocidental e, sobretudo, os Estados Unidos da América, começaram a se preocupar com os conflitos agrários, a organização sindical e em movimentos sociais libertadores em países da América Latina e de outros continentes (MARTINS, 1981). O temor era que os conflitos no campo resultassem, em revoluções comunistas como na Rússia e na China. A partir daí, houve um amplo investimento na agricultura, em universidades, no crédito rural, na extensão rural e na assistência técnica e a implementação de projetos concebidos e financiados pelos Estados Unidos, vindos em pacotes tecnológicos difusionistas da Revolução Verde.

A finalidade desta fórmula era enfraquecer ou aniquilar os movimentos camponeses revolucionários pelo argumento de que haveria políticas governamentais para resolução dos problemas agrários por meio das tecnologias agrícolas importadas. Um dos principais argumentos, por exemplo, era o de alcançar maior produtividade para acabar com a fome. Ademais, os norte-americanos acompanhariam mais de perto a situação política e ainda favoreceriam a sua indústria interna mais a expansão do seu capital. Embora houvesse maciços investimentos e promessas de mudanças vantajosas economicamente, houve um grande índice de abandono destas práticas modernas e retorno às tradicionais pelos camponeses (SCHULTZ, 1965).

Os estudos sobre a resistência de sociedades camponesas na Índia e na América Latina (SCHULTZ, 1965; PÉREZ, 2000) mostram que estas possuíam sua racionalidade econômica própria, considerando seus fatores e condições para produzir. Tais sociedades possuem saberes e estratégias de reprodução econômica, que são o fundamento para a tomada de decisão quanto ao uso ou não de novas tecnologias. As novidades modernas, sempre atrativas a princípio, causavam posterior dependência do capital pela necessidade de consumir peças de reposição, combustível, serviços de manutenção.

Estas novas tecnologias, delineadas pela racionalidade instrumental da produtividade, desestruturaram o saber local, as técnicas de subsistência que conviviam harmoniosamente com a natureza e com a comunidade. O difusionismo e a reformulação reducionista e fragmentada dos currículos universitários nas instituições de ciências agrárias brasileiras nos anos 1970, com ênfase na modernização e produtividade propiciaram a rápida influência dessas práticas no campo pelas empresas de extensão e multinacionais. Acrescida a esses fatos, havia o pleno apoio da política desenvolvimentista de integração que destruía ecossistemas e tecidos sociais tradicionais, para expansão da fronteira agrícola como as grandes monoculturas e pastagens, enfraquecendo a coesão comunitária e aumentando a violência, criminalidade e corrupção na concessão de privilégios aos grupos capitalistas externos e internos (FURTADO, 1999).

Estes acontecimentos impregnaram boa parte da extensão rural e da pesquisa universitária à valorização exclusiva da sua tecnologia unidirecionada do seu espaço “adiantado” para a zona rural. Há poucas exceções quanto ao diálogo ou a valorização do saber camponês - acumulado de muitas décadas e acrescido pela cultura africana e ameríndia – que tem sua lógica apropriada as suas condições sociais, econômicas e edafoclimáticas. Estas considerações não devem ser entendidas como uma negação ao que é novo, tecnologicamente moderno, ou taxar qualquer tecnologia como devastadora.

Ao discutir sobre desenvolvimento sustentável, Silva (1999) traz o enfoque dado pelas entidades da sociedade civil reunidas no Fórum Internacional das ONGs e Movimentos Sociais durante a conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED) realizada no Rio de Janeiro em 1992 (ECO-92). Sua definição contida no Tratado alternativo de agricultura sustentável é a seguinte:

Agricultura sustentável é um sistema de organização socioeconômica e técnica do espaço rural, fundada numa visão equitativa e participativa do desenvolvimento, e que entende o meio ambiente e os recursos naturais como base da atividade econômica. A agricultura é sustentável quando é ecologicamente equilibrada, economicamente viável, socialmente justa, culturalmente apropriada e orientada por um enfoque científico holístico (SILVA, 1999, p.42).

É ecologicamente correta quando a qualidade dos recursos naturais é mantida e a vitalidade do agroecossistema inteiro é melhorada, desde os seres humanos, lavouras e animais, até os micro-organismos do solo. Sua eficácia é garantida quando a saúde das lavouras, dos animais e das pessoas é mantida através de processos biológicos. Os recursos locais são usados de modo a minimizar as perdas de nutrientes, biomassa e energia, evitando, portanto, a poluição do ar, do solo, da água e das matas nativas. Economicamente viável significa que os agricultores podem produzir o bastante para garantirem

sua autossuficiência e ou renda suficiente para cobrir os custos e obter a remuneração do trabalho. A viabilidade econômica é medida não apenas em termos de produto agrícola direto (colheita), mas também em termos de conservação de recursos e a minimização dos riscos (REIJNTJES, HAVERKORT E WATERS-BAYER, 1994).

Adaptável significa que as comunidades rurais são capazes de se ajustarem às condições da agricultura que sempre estão em transformação como, por exemplo, o crescimento populacional, mudanças nas políticas governamentais e as demandas de mercado. Socialmente justa quando os recursos e o poder são distribuídos de modo a assegurar que as necessidades básicas de todos os membros da comunidade sejam atendidas. Quando são respeitados os direitos dos agricultores em relação ao uso da terra e ao acesso ao capital, assistência técnica e oportunidades de mercado adequadas. Além disso, todas as pessoas devem ter oportunidade de participar na tomada de decisões, tanto na atividade rural quanto na sociedade como um todo (REIJNTJES, HAVERKORT E WATERS-BAYER, 1994).

Percebe-se assim que a realidade campesina que se apresenta as questões avassaladoras da cultura, do meio ambiente e da produção agrícola é a mesma em que há a implementação de políticas públicas. Normalmente, implementadas via projetos governamentais desenvolvimentistas elaborados em gabinetes e implantados sem levar em conta às demandas e nem conhecer a cultura e diversidade socioambiental. Atendendo prioritariamente os interesses econômicos, não havendo adaptação às peculiaridades e demandas regionais, desprezando todo o conhecimento acumulado dos agricultores, além de não contar com a sua participação nestes projetos e pouca preocupação com a degradação ambiental.

Obviamente tais iniciativas não levaram em consideração as peculiaridades demográficas, culturais, ecológicas e edafoclimáticas, bem como os estragos ao meio ambiente e as sociedades que vivem diariamente a relação de respeito e equilíbrio com a “mãe terra”, que suas externalidades podem acarretar na formulação de políticas econômicas e de desenvolvimento que corroboram para a constituição deste cenário insustentável que alguns estudos alertam e denunciam (LEFF, 1994; ALTVATER, 1995).

Outra perspectiva para tratar e buscar um conceito e uma ação mais humanitária foi o de abordar o desenvolvimento como liberdade conforme Sen (2000). Esse autor enfatiza o envolvimento da base para fazer jus à nomenclatura das políticas denominadas “públicas” (tão referidas na academia e pelos governos, porém, muito pouco cristalizadas nas realidades urbanas e rurais). Contemplando precipuamente os indicadores e as variáveis sociais, ecológicas e de vida comunitária, o desenvolvimento pleno transcende os aspectos quantitativos, na direção ao bem comum, público, como o direito dos cidadãos fazerem sua história, fazerem a democracia acontecer, pelo processo de ampliação de suas capacidades de fazerem escolhas (SEN, 2000).

A reflexão e luta por um mundo que valorize a vida e, a partir deste valor, siga para a formulação de políticas públicas includentes, torna imperativa a criação de condições para que os espaços de participação do povo tenham peso. Deste modo o desenvolvimento regional começa pelo desenvolvimento pessoal, de toda a população, visto como um direito que para ser alcançado e exercido requer a passagem por processos educativos. A presença de organizações nas áreas rurais com os mais diversos interesses são realizados com a intervenção de órgãos públicos, agências de desenvolvimento, universidades, pastorais, empresas, ONGs, etc.

Assim, o começo de uma outra sociedade, possível, será pela busca de comunidades justas e fraternas, portanto mais humanas, menos materialistas e economicistas. Os programas de intervenção educativa para o desenvolvimento sustentável teriam por base o crescimento pessoal, para maior interação e leitura crítica da realidade. É sabido que, dadas as variáveis, os interesses e a diversidade circunstancial, trata-se de uma questão de alta complexidade e por isso não há fórmula pronta. Um começo acertado é aquele pautado pelo respeito e que promove o envolvimento dos próprios habitantes na busca de alternativas para o pensamento, o planejamento e a realização conjunta do desenvolvimento da população e do território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento constitui-se, num cenário plural, por relações, interações e inter-subjetividades complexas e em constante disputa entre o mercado, o Estado e a sociedade. Além de incluídos, os projetos de desenvolvimento, para serem educativos, teriam como indicadores de crescimento o desenvolvimento objetivo (tangível e mensurável) e o subjetivo (relacionados ao campo do bem-estar e da participação), ambos se complementando e tornando condição para haver desenvolvimento pessoal e comunitário. A subjetividade, por se tratar de um indicador que não remete ao cálculo, às estatísticas dos programas oficiais de desenvolvimento ou das políticas públicas financiadas por agências, como o Banco Mundial e o FMI, ainda não é valorizada de fato. Outras entidades, como movimentos sociais, agências financiadoras de organizações não governamentais e setores eclesiais, têm considerado suas finalidades a partir destes indicadores, trabalhando com a valorização e a participação de lideranças e moradores dos territórios para que haja o aumento destas características subjetivas no Brasil e na América Latina.

Na contemporaneidade, as contradições, as mudanças, a antropização, os impactos das atividades econômicas neoliberais e os conflitos socioambientais ocorrem numa realidade complexa e exigem das comunidades tradicionais e dos movimentos sociais novas formas de interpretação, agilidade política em redes, elaboração de estratégias alternativas e de práticas de desenvolvimento tanto na aldeia global quanto nas comunidades e, até mesmo, em ambos os lugares concomitantemente.

O complexo e controverso conceito comporta, em si, uma dimensão macro e uma dimensão micro. Macro, enquanto o planejamento regional, territorial de um estado, país ou continente, podendo atingir proporções internacionais quando se estabelecem tratados, acordos, legislação e cooperação no campo da justiça internacional. Micro, enquanto este conjunto de processos que acontece na vida das pessoas, na consciência e na interação socioambiental e na cidadania, na transformação do lugar onde as pessoas vivem, ou seja, no seu bairro, comunidade urbana ou rural, suas práticas, suas atitudes, como a participação em associações, conselhos, redes, sindicatos, voto, opinião, consumo. Mudar a humanidade para mudar as estruturas. Difícil, mas, uma necessidade ética e vital para a continuidade da vida com dignidade e direito de escolher e de fundamentar caminhos rumo à justiça, paz e condições dignas e plenas de vida em todas as suas expressões.

REFERÊNCIAS

ALTVATER, E. **O preço da riqueza: pilhagem ambiental e a nova (des) ordem mundial**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995. 333 p.

AMÂNCIO, R. Economia do meio ambiente. In: GOMES, M.A.O.; BARBOSA, J.H.; PAULA, M.G.; AMÂNCIO, R.; NAVES, F.L.; OLIVEIRA, M.S. **Introdução ao estudo de gestão e manejo ambiental**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2000. p. 19-33.

AMARO, R. R. **Desenvolvimento**: um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. Lisboa: [S.n.], 2004. 27 p.

AMARO, R. R. **Projeto Ecos**: a sustentabilidade das organizações de Economia Solidária – proposta de conceptualização e de avaliação. [S.l.:s.n.], 201-. 20 p.

BAJOIT, G. **Tudo muda**: proposta teórica e análise de mudança sociocultural nas sociedades ocidentais contemporâneas. Ijuí: Ed. Ijuí, 2006. 206 p.

FURTADO, C. **O longo amanhecer**: reflexões sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra,

1999. 117 p.

LEFF, E. **Ecología y Capital: racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable.** 2ª ED. México: Siglo Veintiuno Editores, 1994. 437p.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1981. 186 p.

PÉREZ, J.A.R. **Resistência e adaptabilidade dos *Aymaras* aos processos de modernização (um estudo de caso nos *Yungas* da Bolívia).** 2000. 105p. Dissertação (Mestrado em Administração Rural)- Universidade Federal de Lavras.

REIJNTJES, C.; HAVERKORT, B.; WATERS-BAYER, A. **A agricultura para o futuro: uma introdução à agricultura sustentável e de baixo uso de insumos externos.** Rio de Janeiro: ASPTA, 1994. 324 p.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409p.

SCHULTZ, T.W. **A transformação da agricultura tradicional.** Rio de Janeiro: Zahar, 1965. 207p.

SILVA, C.E. M. **Cerrados e camponeses no Norte de Minas: um estudo sobre a sustentabilidade dos ecossistemas e das populações sertanejas.** 1999. 68 p. Dissertação (Mestrado em Geografia e Organização Humana do Espaço) - Universidade Federal de Minas Gerais.